

PODER JUDICIÁRIO
 ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA
 LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2022

Distribuição dos recursos entre os graus de jurisdição (RESOLUÇÃO 195 CNJ, art. 4º)

Classificação Orçamentária										Dotação distribuída			
Unidade Orçamentária		Função e Subfunção (Código)	Programa, Ação e Subtítulo (Código)	Descrição		Esfera	Fonte		G N D	1º Grau	2º Grau	1º e 2º Graus (1)	Total
Código	Descrição			Programa	Ação e Subtítulo		Código	Descrição		A	B	C	D=A+B+C
Dotações para despesas obrigatórias (2)													
04101	Tribunal de Justiça	02.061	0543.4434.0001	Prestação Jurisdicional	Acesso à Justiça - TJ no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	1	606.262.006	141.005.968	184.067.892	931.335.866
04101	Tribunal de Justiça	02.061	0543.4434.0001	Prestação Jurisdicional	Acesso à Justiça - TJ no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	4.318.118	792.067	1.957.943	7.068.128
04101	Tribunal de Justiça	02.271	0411.0901.0001	Apoio Administrativo	Contribuição ao Regime Geral da Previdência no Estado do Maranhão	S	101	Recursos Ordinários - Tesouro	1	13.756.134	11.789.460	5.061.785	30.607.379
04101	Tribunal de Justiça	02.272	0411.0900.0001	Apoio Administrativo	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual no Estado do Maranhão	S	101	Recursos Ordinários - Tesouro	1	105.418.077	10.852.010	26.386.148	142.656.235
04101	Tribunal de Justiça	02.302	0411.0963.0001	Apoio Administrativo	Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores no Estado do Maranhão	S	101	Recursos Ordinários - Tesouro	1	2.334.984	347.080	955.456	3.637.520
04101	Tribunal de Justiça	28.846	0499.0970.0001	Operação Especial	Cumprimento de Sentença Judicial no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	-	-	201.223.000	201.223.000
Total das dotações para despesas obrigatórias										732.089.319	164.786.585	419.652.223	1.316.528.128

PODER JUDICIÁRIO
 ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA
 LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2022

Distribuição dos recursos entre os graus de jurisdição (RESOLUÇÃO 195 CNJ, art. 4º)

Classificação Orçamentária									Dotação distribuída				
Unidade Orçamentária		Função e Subfunção (Código)	Programa, Ação e Subtítulo (Código)	Descrição		Esfera	Fonte		G N D	1º Grau	2º Grau	1º e 2º Graus (1)	Total
Código	Descrição			Programa	Ação e Subtítulo		Código	Descrição		A	B	C	D=A+B+C
Dotações para despesas discricionárias													
04101	Tribunal de Justiça	02.061	0543.4434.0001	Prestação Jurisdicional	Acesso à Justiça - TJ no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	82.164.341	19.306.731	30.631.907	132.102.979
04101	Tribunal de Justiça	02.061	0543.4434.0001	Prestação Jurisdicional	Acesso à Justiça - TJ no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	4	1.289.363	429.788	1.297.850	3.017.000
04101	Tribunal de Justiça	02.131	0543.4478.0001	Prestação Jurisdicional	Comunicação e Divulgação Institucional no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	-	-	800.726	800.726
04101	Tribunal de Justiça	02.302	0543.4931.0001	Prestação Jurisdicional	Assistência Suplementar de Saúde - TJ no Estado do Maranhão	S	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	34.198.662	3.546.257	5.882.249	43.627.167
04102	Corregedoria Geral da Justiça	02.061	0543.4434.0001	Prestação Jurisdicional	Acesso à Justiça - CGJ no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	25.968.000	-	-	25.968.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0001	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	3	6.787.070	1.113.565	2.739.997	10.640.632
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0001	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	859.200	134.400	112.400	1.106.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0222	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de São Pedro D'Água Branca	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.800.000	-	-	1.800.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0219	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de São Luís	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.150.000	-	50.000	1.200.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0126	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Itinga do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.000.000	-	-	1.000.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0083	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Carolina	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	500.000	-	-	500.000

PODER JUDICIÁRIO
 ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA
 LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2022

Distribuição dos recursos entre os graus de jurisdição (RESOLUÇÃO 195 CNJ, art. 4º)

Classificação Orçamentária									Dotação distribuída				
Unidade Orçamentária		Função e Subfunção (Código)	Programa, Ação e Subtítulo (Código)	Descrição		Esfera	Fonte		G N D	1º Grau	2º Grau	1º e 2º Graus (1)	Total
Código	Descrição			Programa	Ação e Subtítulo		Código	Descrição		A	B	C	D=A+B+C
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0102	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Estreito	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	500.000	-	-	500.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0171	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Pedreiras	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.000.000	-	-	1.000.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0177	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Pinheiro	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.000.000	-	-	1.000.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0034	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Açailândia	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	1.500.000	-	-	1.500.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0198	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Santa Luzia do Paruá	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	60.000	-	-	60.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0167	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Passagem Franca	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	230.000	-	-	230.000

PODER JUDICIÁRIO
 ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA
 LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2022

Distribuição dos recursos entre os graus de jurisdição (RESOLUÇÃO 195 CNJ, art. 4º)

Classificação Orçamentária										Dotação distribuída			
Unidade Orçamentária		Função e Subfunção (Código)	Programa, Ação e Subtítulo (Código)	Descrição		Esfera	Fonte		G N D	1º Grau	2º Grau	1º e 2º Graus (1)	Total
Código	Descrição			Programa	Ação e Subtítulo		Código	Descrição		A	B	C	D=A+B+C
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.1656.0250	Prestação Jurisdicional	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios do Poder Judiciário no Município de Zé Doca	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	350.000	-	-	350.000
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.4436.0001	Prestação Jurisdicional	Modernização do Judiciário no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	3	62.543.090	14.074.146	34.237.659	110.854.895
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.061	0543.4436.0001	Prestação Jurisdicional	Modernização do Judiciário no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	2.908.612	1.015.491	9.633.926	13.558.029
04901	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário	02.128	0543.4437.0001	Prestação Jurisdicional	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	3	1.423.207	1.067.537	1.091.700	3.582.444
04902	Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão	02.128	0543.4438.0001	Prestação Jurisdicional	Promocção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário no Estado do Maranhão	F	101	Recursos Ordinários - Tesouro	3	830.000	-	-	830.000
04903	Fundo Especial de Registro das Pessoas Naturais do Estado do Maranhão	02.061	0543.4430.0001	Prestação Jurisdicional	Gratuidade do Registro Civil no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	3	-	-	9.495.000	9.495.000
04904	Fundo Especial de Segurança dos Magistrados	03.062	0543.4686.0001	Prestação Jurisdicional	Apoio à Segurança da Magistratura no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	3	-	-	340.954	340.954
04904	Fundo Especial de Segurança dos Magistrados	03.062	0543.4686.0001	Prestação Jurisdicional	Apoio à Segurança da Magistratura no Estado do Maranhão	F	107	Receitas Operacionais de Fundo	4	2.681.046	-	700.000	3.381.046
Total das dotações para despesas discricionárias										230.742.590	40.687.915	97.014.367	368.444.872
Total										962.831.909	205.474.500	516.666.591	1.684.973.000

(1) O preenchimento desta coluna é de caráter excepcional. Ocorre quando a dotação atender a ambos os graus de jurisdição sem possibilidade de detalhamento.

(2) Despesas obrigatórias: Decorrentes de obrigações constitucionais e legais, tais como: Pessoal e encargos sociais, benefícios (alimentação, transporte, pré-escola e assistência médica) e sentenças judiciais.

Obs.: A publicação deste QDD é exigida quando a identificação das dotações por grau de jurisdição não for feita na Proposta Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual (Res. 195, art. 2º, § 2º).